

BOAS PRÁTICAS

A photograph showing several men in dark suits and ties, holding open award certificates or plaques. The scene is lit with a warm, yellowish light, creating a formal and celebratory atmosphere. The men are partially visible, focusing on the awards they are holding.

Para disseminar os Princípios de Hong Kong

Estudo reúne iniciativas para recompensar pesquisadores que compartilham dados e têm comportamentos éticos e transparentes

Um artigo publicado no ano passado na revista *PLOS Biology* examinou e esmiuçou os cinco Princípios de Hong Kong, um conjunto de diretrizes definidas em 2019 na 6ª Conferência Mundial de Integridade Científica para avaliar o desempenho dos pesquisadores de forma mais abrangente e recompensar comportamentos éticos e transparentes. O *paper* é assinado pelo epidemiologista David Moher, da Universidade de Ottawa, no Canadá, em parceria com oito pesquisadores que participaram da organização da conferência. O grupo também enumerou iniciativas de instituições acadêmicas e agências de fomento afinadas com as cinco recomendações, em uma espécie de guia de boas práticas para promover uma cultura de integridade utilizando critérios apropriados de avaliação. “Desenvolvemos os Princípios de Hong Kong com foco na necessidade de impulsionar a qualidade da pesquisa, garantindo que os cientistas

sejam reconhecidos e recompensados por ações que fortaleçam a integridade”, explicou Moher em sua conta do Twitter, quando o artigo foi lançado.

O primeiro princípio propõe a valorização de práticas responsáveis em todas as fases de um projeto científico, de sua concepção à divulgação dos resultados. Moher e seus colegas criticam a utilização isolada de indicadores quantitativos, como número de artigos publicados e suas citações, para distinguir o mérito acadêmico. A recomendação é premiar também pesquisadores engajados em ações para reforçar a fidedignidade dos resultados. Um dos bons exemplos mencionados é o dos Institutos Nacionais de Saúde (NIH) dos Estados Unidos, que em 2018 modificaram as instruções para submissão de projetos. Os proponentes são orientados, por exemplo, a utilizar uma ferramenta on-line, o Assistente de Desenho Experimental (EDA), que ajuda a planejar os experimentos com animais de laboratório, calculando o tamanho adequado de amostras e orientando a adoção de métodos de análise para prevenir vieses.

O segundo princípio se preocupa em garantir que os dados encontrados em um estudo sejam robustos e possam ser reproduzidos em trabalhos subsequentes. A proposta é encontrar formas de considerar o conjunto completo de informações obtidas em um experimento científico, incluindo os resultados negativos, de modo a evitar que a divulgação de informações parciais ou selecionadas distorçam as conclusões. Essa preocupação levou as plataformas de publicação em acesso aberto da Wellcome Trust e da Fundação Bill & Melinda Gates a exigir que autores forneçam os protocolos de seus trabalhos juntamente com os resultados finais, com o objetivo de verificar se as hipóteses iniciais foram modificadas no decorrer do projeto. Instituições como a Universidade de Toronto, no Canadá, determinam que seus pesquisadores usem a Ferramenta de Protocolo Eletrônico Spirit. Trata-se de um software on-line que cria e gerencia protocolos de ensaios clínicos, registrando automaticamente suas informações no banco de dados clinicaltrials.gov.

Já a terceira recomendação envolve recompensar quem adota os princípios da ciência aberta, um conjunto de práticas que promove a transparência na pesquisa e o trabalho em colaboração.

Entre os exemplos apontados, figura o da Faculdade de Medicina da Universidade Tecnológica de Nanyang, em Singapura. Ela audita os planos de gerenciamento de dados de seus pesquisadores para verificar se os dados brutos foram realmente disponibilizados no repositório da instituição.

A importância de garantir liberdade aos cientistas é o mote do quarto princípio de Hong Kong. Ele propõe que sejam reconhecidas as contribuições de tipos variados de atividades de pesquisa, desde aquelas orientadas apenas pela curiosidade dos pesquisadores até as que buscam aplicações comerciais – não raro, o desenvolvimento de novas tecnologias se baseia em descobertas feitas acidentalmente, sem que o autor pudesse prever o que alcançaria. Outra recomendação é premiar também pesquisadores que testam ou validam novos métodos e ferramentas ou os que se ocupam de confirmar os resultados encontrados por outros, cujo esforço é essencial para acionar os mecanismos de autocorreção da ciência. Um dos destaques é a Organização Holandesa de Pesquisa, que já lançou três editais para financiar estudos de replicação de outros trabalhos.

Por fim, o quinto princípio prevê reconhecer o trabalho de pesquisadores que se dedicam a atividades vistas como acessórias, tais como a revisão de artigos, a orientação e supervisão de estudantes e jovens pesquisadores, a divulgação científica e as atividades de extensão. Há bons exemplos nesse sentido: a Universidade de Glasgow incluiu nos critérios de promoção de docentes as atividades de revisão por pares. Isso é possível quando os periódicos publicam pareceres abertos em que o nome do avaliador é divulgado. Outra iniciativa é a da Agência Irlandesa de Pesquisa em Saúde, que oferece a pesquisadores financiamentos adicionais para atividades de disseminação, a fim de acelerar as aplicações no ambiente clínico.

O texto do artigo da *PLOS Biology* foi traduzido para o português em janeiro pela Associação Brasileira dos Editores Científicos (Abec) e pode ser consultado no site da instituição em bit.ly/3dUIM4b. “Esses princípios são importantes para promover a integridade científica e para valorizar o papel da pesquisa e o trabalho dos pesquisadores, reconheci-

As cinco diretrizes

O que dizem os Princípios de Hong Kong

- 1** Valorizar, na avaliação dos pesquisadores, as práticas responsáveis desde a concepção até a execução da pesquisa, incluindo o desenvolvimento da ideia inicial do trabalho, o desenho de pesquisa, a metodologia, a execução e a disseminação efetiva dos resultados
- 2** Valorizar o relato preciso e transparente das pesquisas, independentemente dos seus resultados
- 3** Valorizar as práticas da ciência aberta, como métodos, materiais e dados abertos
- 4** Valorizar um amplo espectro de pesquisas e contribuições acadêmicas, como replicação, inovação, translação, síntese e metapesquisa
- 5** Valorizar uma série de outras contribuições para fomentar a pesquisa responsável e para a atividade acadêmica, como a revisão por pares para projetos e publicações, a orientação, a divulgação e a troca de conhecimento

dos como fundamentais no combate à pandemia”, diz o odontologista Sigmar de Mello Rode, presidente da Abec e pesquisador da Universidade Estadual Paulista (Unesp), que ajudou a traduzir o artigo com as pesquisadoras Sonia Vasconcelos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Carmen Penido, da Fundação Oswaldo Cruz. De acordo com Rode, há exemplos brasileiros que convergem para os princípios de Hong Kong. “No estado de São Paulo, temos um estímulo crescente para que pesquisadores compartilhem seus dados de pesquisa, o que facilita o trabalho de quem vai replicar os estudos e permite o reaproveitamento das informações em novos trabalhos”, afirma, referindo-se a iniciativas da FAPESP, como a que instituiu a exigência para que projetos de pesquisa em todas as modalidades apresentem planos de gestão de dados. “Há uma valorização da ciência aberta”, afirma. ■ **Fabício Marques**

Dados fabricados em estudo para avaliar clínicas psiquiátricas

O psicoterapeuta e epidemiologista Hans-Ulrich Wittchen, um respeitado especialista em fobias e ansiedade que editou um manual de diagnóstico de transtornos mentais utilizado por psicólogos da Alemanha, fabricou parte dos dados de um estudo que custou € 2,4 milhões (o equivalente a R\$ 16,2 milhões) sobre o desempenho e a qualidade de clínicas psiquiátricas do país. De acordo com uma investigação de dois anos encomendada pela Universidade Técnica de Dresden (TU Dresden), onde Wittchen era professor catedrático até se aposentar em 2017, 20 das 93 clínicas avaliadas não foram sequer visitadas: o pesquisador orientou seus assistentes a atribuir a elas os dados copiados de outras clínicas. “As violações foram intencionais e não fruto de negligência”, informa o relatório da comissão de inquérito, reproduzido pela revista *Science*.

O pesquisador sustenta que não houve má-fé e que o erro não compromete os resultados do estudo. “Os dados estão cientificamente corretos”, disse.

A fabricação de dados não é a única acusação que ele enfrenta. Segundo o relatório, Wittchen assediou os dois jovens pesquisadores que o denunciaram. Eles trabalhavam na Associação para Transferência de Conhecimento e Tecnologia, vinculada à TU Dresden, órgão responsável por executar a avaliação das clínicas psiquiátricas. O pesquisador tentou convencê-los, em vão, a assinar uma carta em que retiravam as acusações e pediam desculpas. Também recomendou a demissão deles, para cortar custos. A universidade foi criticada no relatório por não proteger os denunciados. Em 2019, o psicoterapeuta enviou um e-mail ao reitor da universidade na época, Hans Müller-Steinhagen, pedin-

do que suspendesse a investigação, caso contrário haveria um “terremoto político nacional”.

A Universidade Ludwig Maximilian de Munique, onde Wittchen atuava desde 2017 como professor visitante, anunciou a suspensão de seu contrato no mês passado, depois que soube das alegações. A Sociedade Alemã de Psicologia também se pronunciou, informando que as conclusões da investigação são “muito graves” e que um tribunal interno avaliará a expulsão do pesquisador de seus quadros. Um porta-voz da TU Dresden informou que outras alegações contra Wittchen estão sendo investigadas – ele teria empregado a filha no projeto sem que ela efetivamente trabalhasse – e deverá anunciar em breve se aplicará sanções. O Ministério Público em Dresden abriu uma investigação criminal sobre o caso.



Alarme na pesquisa médica do Irã

Um grupo de pesquisadores vinculados a universidades do Irã enviou um questionário com perguntas sobre integridade científica para professores de faculdades de medicina do país. Dos 692 docentes que aceitaram participar do levantamento, 72,1% afirmaram ter testemunhado pessoalmente alguma situação de má conduta nos 12 meses anteriores. Entre as circunstâncias que mais influenciam desvios éticos, os entrevistados apontaram a pressão para obter cargos estáveis, a necessidade de ampliar a produção científica e a falta de empenho das instituições de pesquisa em coibir abusos. Apenas 18,5% dos entrevistados classificaram como alta ou muito alta a eficácia das regras de suas instituições para reduzir casos de má conduta.

Da mesma forma, o risco de ser pego cometendo má conduta foi classificado como baixo ou muito baixo por 80,6% dos entrevistados. Os problemas mais frequentes envolveram atribuição fraudulenta de autoria de artigos, falsificação de dados e a manipulação de resultados para obter conclusões mais impactantes. O estudo, divulgado no repositório Research Square, foi coordenado pela médica Bita Mesgarpour, diretora do Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesquisa Médica, em Teerã, e ex-subsecretária de Pesquisa e Tecnologia do Ministério da Saúde do Irã. A conclusão do estudo é de que o país necessita de políticas públicas mais eficazes para enfrentar as taxas altas de má conduta na pesquisa médica.